



PROCESSO ADMINISTRATIVO IMBEL Nº 2026DL000110/2026-FI

DISPENSA DE LICITAÇÃO IMBEL Nº 00110/2026

VALOR: R\$ 21.000,00 (VINTE E UM MIL REAIS)

Fica designado **R. O. F. – FI 8670** como fiscal deste contrato e **Maj. G. L. R. J. – FI 9055** como fiscal substituto, para verificação de seu fiel cumprimento.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, GERENCIAMENTO E MONITORAMENTO DA COMUNICAÇÃO DE DOIS MEDIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA COM A CCEE E A CEMIG, QUE ENTRE SI CELEBRAM A INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL – IMBEL® E A EMPRESA VIMA TELECOM LTDA-ME

INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL, Empresa Pública Federal, vinculada ao Ministério da Defesa, por intermédio do Comando do Exército, constituída pela Lei nº 6.227, de 14/07/1975, com seu Estatuto Social aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária nº **01/2026**, realizada em **28/01/2026**, registrado perante a Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal - JUCISDF, em **19/02/2026**, conforme NIRE **53500000275** e sob nº **2968375**, publicado no Diário Oficial da União de **24/02/2026**, **Seção 1, páginas 15 a 21**, arquivado e publicado na JUCISDF sob nº **2978251**, em **27/02/2026**, regida pela Lei nº 13.303, de 30/06/2016, Lei nº 6.404, de 15/12/1976, Decreto nº 8.945, de 27/12/2016, e demais legislações aplicáveis, classificada como Empresa Pública Dependente, nos termos do art. 2º, III, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 e da Portaria nº 289, de 29/05/2008, da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, publicada no DOU, Seção I, de 30/05/2008, com capital integralmente subscrito pela **UNIÃO**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.444.232/0001-39, com **SEDE** e foro na cidade de Brasília - Distrito Federal, localizada no Quartel General do Exército, Bloco “H”, 3º Pavimento, Setor Militar Urbano - SMU, Brasília - Distrito Federal, CEP: 70630-901, e com **FILIAL**, denominada **FÁBRICA DE ITAJUBÁ – MG**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.444.232/0007-24, Inscrição Estadual nº 324.219.741.0138, localizada na Avenida Coronel Aventino Ribeiro, nº1099, bairro Imbel, Itajubá- MG, CEP: 37.501-345, neste ato representada na forma do seu Estatuto, pelo Sr. O. T. - Cel R/1 RG 0**.***.***-9 EB/MD denominada **CONTRATANTE**, e, de outro lado a Empresa **VIMA TELECOM LTDA-ME**, sob o CNPJ nº 28.110.653/0001-42 e Inscrição Estadual nº 0029982200062, com endereço à Rua dos Dominicanos, 165 Sala 606–Bairro Serra–Belo Horizonte–MG, CEP: 30.210-480, Tel. (31) 998310323 e e-mail: vinicius@vimatelecom.com.br, representada neste ato pelo seus representantes legais Sr. V. M. G., RG nº MG 0*.***.*** SSP/MG e CPF nº 0**.***.***-3* e Sr. M. A. A. T., RG nº MG 1*.***.*** SSP/MG e CPF nº 0**.***.***-7*, denominada **CONTRATADA**, consoante o que consta do Processo Administrativo IMBEL® nº **2026DL000110** referente a Dispensa de Licitação IMBEL® nº **00110/2026**, resolvem celebrar o presente Contrato, que será regido pela proposta da **CONTRATADA**, no que couber, independentemente de suas expressas transcrições, pelo Decreto nº 8.945/2016, de 27 de dezembro de 2016, pela Lei nº 13.303/2016, pelo Regulamento de Licitações e Contratos da IMBEL®, aprovado na 368ª Reunião do Conselho de Administração da IMBEL®, ocorrida em 18/09/2023, conforme **Resolução nº 19/2023-CA-IMBEL, de 18/09/2023**, e pelas cláusulas e condições a seguir dispostas:



CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Este Contrato tem por objetivo a contratação de empresa especializada, homologada pela CEMIG, para fornecimento, instalação, configuração, gerenciamento e monitoramento da comunicação de dois medidores de energia elétrica com a CCEE e a CEMIG.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO SERVIÇO A SER EXECUTADO

2.1. O serviço em questão deve ser executado em observância às normas e procedimentos legais do Regulamento de Licitações e Contratos da IMBEL® pelas legislações, societária, previdenciária, trabalhista e fiscal, bem como outras normas específicas aplicáveis à IMBEL®

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. O objeto deste contrato será executado nas dependências da CONTRATANTE, situada na Av. Cel. Aventino Ribeiro, nº 1.099, Bairro Imbel, Itajubá/MG, CEP 37501-345. A CONTRATADA deverá instalar o equipamento e iniciar os serviços no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.

3.2. Os serviços deverão ser executados de acordo com as disposições presentes no instrumento de contrato e proposta.

3.3. O prazo de entrega poderá ser alterado, desde que mediante comum acordo celebrado entre as partes signatárias;

3.4. Os serviços elencados na Cláusula Primeira deste Contrato devem ser realizados de acordo com as normas e procedimentos legais da CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA – DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

4.1. Os serviços deverão ser executados de acordo com os parâmetros e critérios estabelecidos no escopo contratado, no contrato/proposta, observando-se as condições necessárias à adequada operacionalização das atividades e ao atendimento do interesse público, bem como às normas e procedimentos aplicáveis à IMBEL®.

4.2. A execução dos serviços deve ser iniciada após a assinatura do presente contrato, de forma que sejam concluídos conforme prescrito na Cláusula Terceira deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO/FORMA DE FORNECIMENTO

5.1. O objeto do presente Contrato será executado pela CONTRATADA, empresa especializada e homologada pela CEMIG, sob o regime de prestação de serviços, compreendendo o fornecimento, a instalação, a configuração, o gerenciamento e o monitoramento da comunicação de dois medidores de energia elétrica com a CCEE e a CEMIG, pelo período de 60 (sessenta) meses.

5.2. DESCRIÇÃO DO OBJETO

A empresa contratada deverá fornecer, instalar, configurar, gerenciar e monitorar um sistema de comunicação, em regime de comodato, interligando dois medidores de energia localizados na cabine de medição da IMBEL-FI, com os centros de medição da CEMIG e da CCEE, através de uma conexão VPN por meio de acesso de dados celular (5G/4G/3G/UMTS/Edge/GPRS).

Além dos serviços descritos acima, a empresa contratada deverá fazer a instalação de caixa de comunicação, instalação de router e switch, instalação de kit GSM/EDGE/3G/4G/UMTS, fazer a configuração de VPN para acesso aos medidores, monitorar o link VPN e oferecer suporte remoto e presencial para reparo de falhas.

Todos os gastos com o chip da operadora de celular (inclusive a mensalidade para utilização do chip) e com o servidor para transmissão dos dados também ocorrerão por conta da CONTRATADA. Inclusive, o servidor deverá estar localizado nas dependências da CONTRATADA.

5.3. MANUTENÇÃO DO SISTEMA

- a. A CONTRATADA deverá prestar o serviço de manutenção periódica, num período de 60 (sessenta) meses consecutivos, a contar da data de assinatura do contrato.
- b. Qualquer equipamento, acessório ou material que necessite de substituição deverá ser fornecido e substituído pela CONTRATADA, sem qualquer custo adicional para a CONTRATANTE.
- c. Durante o período de manutenção periódica, a CONTRATADA deverá ficar em condições de sanar os problemas técnicos que porventura ocorram na comunicação da medição e em seus componentes.
- d. A manutenção periódica refere-se aos procedimentos de rotina indispensáveis ao bom funcionamento dos equipamentos, incluindo reparos de emergência, realinhamento do sistema de transmissão, fornecimento e substituição de componentes defeituosos e as reconfigurações do sistema que se fizerem necessárias.
- e. Constatado algum problema na medição e seus componentes, a CONTRATANTE acionará a CONTRATADA para que, no mais curto prazo possível, restabeleça a perfeita operação da comunicação da medição.
- f. A manutenção deverá englobar todos os componentes da comunicação da medição, sendo que se qualquer um deles for danificado deverá ser fornecido e substituído pela CONTRATADA para o restabelecimento do funcionamento da comunicação da medição, sem qualquer custo adicional para a CONTRATANTE.

5.4. EXECUÇÃO DO SERVIÇO

- a. O serviço deverá ser executado por profissionais técnicos devidamente habilitados e treinados, de acordo com os procedimentos operacionais da CONTRATADA.

5.5. RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

- a. Fornecer toda a mão de obra necessária para atender a demanda da CONTRATANTE, para a perfeita execução dos serviços, enviando para a obra uma equipe capacitada de seu quadro de funcionários, sendo de sua inteira responsabilidade as atividades realizadas pela mesma.
- b. Empregar no desempenho de suas atribuições, as técnicas da melhor qualidade e espécie.
- c. Fornecer a todos os seus empregados, os equipamentos, EPI's e recursos necessários à execução dos serviços, bem como fazer com que todos respeitem as normas de higiene, segurança e medicina do trabalho.
- d. Cumprir todas as exigências e obrigações legais, fiscais, trabalhistas, previdenciárias, securitárias e outras incidentes, direta ou indiretamente, sobre os serviços ora contratados.
- e. Manter sigilosas as informações, documentos e dados da CONTRATANTE.

5.6. ACESSO ÀS DEPENDÊNCIAS DA IMBEL-FI

- a. Por ocasião da primeira apresentação nas dependências da IMBEL-FI, a CONTRATADA deverá comunicar por escrito a relação nominal de funcionários que executarão o serviço, constando, obrigatoriamente, o número de identidade, o nome completo, a descrição da relação funcional com a empresa e uma foto 3x4.
- b. Caso haja substituição permanente de funcionários, a CONTRATADA deverá notificar, por escrito, a Chefia da Divisão de Apoio a Produção da IMBEL-FI.
- c. Os funcionários deverão usar uniformes, com o nome ou logomarca da empresa CONTRATADA, além de estarem adequados ao nível de trabalho que será desenvolvido.

5.7. CONDIÇÕES DO SERVIÇO

- a. Todos os materiais necessários para a instalação e manutenção do sistema serão adquiridos e instalados pela CONTRATADA, bem como os custos relativos à alimentação de seus funcionários e ao transporte de materiais.
- b. A CONTRATANTE não dispõe de alojamentos ou de transporte para apoiar os funcionários da CONTRATADA.
- c. A alimentação dos funcionários ficará a cargo da CONTRATADA.
- d. É de total responsabilidade da CONTRATADA a segurança da integridade física de seus funcionários, bem como de seu material no local de trabalho.
- e. O trabalho deverá ser realizado, preferencialmente, em dias úteis. Caso a CONTRATADA necessite estender o serviço para o final de semana, em caráter excepcional, deverá avisar a Chefia da Divisão de Apoio a Produção,

com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito horas), para que sejam tomadas as providências administrativas cabíveis.

f. Após a execução completa do serviço, em hipótese alguma a CONTRATADA poderá deixar ferramentas, cabos e outros materiais para serem retirados em data futura.

5.8. ENTREGA DO OBJETO E CONCLUSÃO DO SERVIÇO

a. Ao final da instalação do sistema, a empresa CONTRATADA deverá emitir o TRT (Termo de Responsabilidade Técnica).

b. A empresa CONTRATADA deverá entregar o projeto do sistema de comunicação dos medidores em formato dwg e pdf em CD e uma versão impressa em formato A1.

5.9. GARANTIA

a. Durante a vigência do contrato, a CONTRATADA deverá ficar em condições de atender as solicitações da CONTRATANTE.

b. Constatado algum problema na medição e seus componentes, a CONTRATANTE acionará a CONTRATADA para que, no mais curto prazo possível, restabeleça a perfeita operação da comunicação da medição.

c. Qualquer componente da comunicação da medição, deverá ser fornecido e substituído pela CONTRATADA para o restabelecimento do funcionamento da comunicação da medição.

5.10. CONTRATADOS E TERCEIRIZAÇÃO

5.10.1. Área de Segurança do Trabalho

- Apresentar cópia registro de vínculo empregatício com a empresa fornecedora do serviço de todos empregados envolvidos, Fichas de EPIs, ASOs – Atestados de Saúde Ocupacional, Documentos pessoais com foto, em atividades específicas apresentar certificado de capacitação, como certificado NR 10 – trabalho com eletricidade, NR 11 - Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais, NR35 – trabalho em altura e NR 33 – espaço confinado, realizar integração na SESMT e receberá a OSS.

5.10.2. Área de Meio Ambiente

- Envio de documentações das autorizações e obrigações de cunho de meio ambiente, ou a dispensa das mesmas, da empresa contratada.

- Envio das documentações pertinentes da destinação ambientalmente correta dos resíduos gerados dos serviços prestados, conforme obrigações legais.

- Envio das FISPQ dos produtos aplicados no serviço, no qual em seu transporte deverão estar acompanhados com as devidas fichas de emergência, e ambas de conhecimento por parte dos funcionários que irão manuseá-los e transportá-los.

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR DO CONTRATO

6.1. Os valores unitários e total para a prestação dos serviços mencionados no presente CONTRATO, consoante o contido na proposta da CONTRATADA, é o seguinte:

ITEM	DESCRIÇÃO	TIPO	QUANT.	VALOR UNIT.
01	Fornecimento, em regime de comodato, de todos os equipamentos e acessórios necessários para funcionamento da comunicação entre os medidores principal e retaguarda e a CEMIG e a CCEE pelo período de 60 (sessenta) meses, incluindo o serviço de transmissão contínua de dados via rede celular (GSM/EDGE/3G/4G/UMTS), num período de 60 (sessenta) meses consecutivos, para a CCEE e para a CEMIG, dos medidores principal e retaguarda.	Serviço	60 meses	R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais)

6.2. Os preços dos serviços tratados neste CONTRATO são fixos e irrevogáveis.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. A despesa orçamentária para a execução do presente **CONTRATO** correrá por conta da Natureza de Despesa _____, PI _____, Fonte de Recursos _____.

CLÁUSULA OITAVA – DOS PRAZOS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. A entrega do Objeto contratado deverá ser concluída de acordo com o previsto na cláusula Terceira deste CONTRATO.

8.2. O prazo de entrega poderá ser alterado mediante comum acordo celebrado entre as partes signatárias, conforme previsto no item 3.3 da Cláusula Terceira deste CONTRATO.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

9.1. Este CONTRATO terá a vigência de 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme o Artigo 71 da Lei nº 13.303/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas previstas neste instrumento e nos termos de sua proposta.

10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços por empregado da IMBEL® especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas identificadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados da CONTRATADA eventualmente envolvidos, encaminhando seus apontamentos à autoridade competente para a adoção das providências cabíveis.

10.3. A ação ou a omissão do seu papel de fiscalizadora por parte da CONTRATANTE, seja total ou parcial, não exime a CONTRATADA da total responsabilidade pela execução dos serviços contratados, que são de sua inteira e exclusiva atribuição e competência, na forma de legislação vigente, dos termos aqui estabelecidos.

10.4. Notificar a CONTRATADA, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços ora contratados, fixando prazo para a sua correção.

10.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA com relação ao objeto aqui tratado;

10.6. Proporcionar todas as condições para a execução das obrigações contratuais estabelecidas neste instrumento, permitindo, inclusive o acesso aos técnicos, prepostos e/ou representantes da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE.

10.7. Rejeitar os serviços prestados em desacordo com as condições estabelecidas neste CONTRATO, em até 15 dias úteis, contados a partir da entrega pela CONTRATADA, mediante termo circunstanciado celebrado entre os gestores dos entes signatários.

10.8. A CONTRATANTE somente deve considerar aceitos definitivamente os serviços prestados após o saneamento das irregularidades mencionadas no item anterior, o que deverá ser atestado, mediante atesto em termo circunstanciado celebrado entre os gestores dos entes signatários.

10.9. Fornecer termos de capacidade técnica sempre que requeridos, desde que cumpridas as obrigações contratuais da parte da requisitante.

10.10. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação dos serviços, nos prazos e nas condições aqui pactuados.

10.11. Proceder as retenções tributárias sobre o valor na Nota Fiscal/Fatura emitida pela CONTRATADA, sempre que devido.

10.12. Cumprir as demais obrigações previstas no Regulamento de Licitações e Contratos da IMBEL®.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Executar os serviços de acordo com as especificações deste **CONTRATO** e da proposta da **CONTRATADA**, com a alocação dos empregados suficientes ao cumprimento das cláusulas contratuais, bem como de cumprir todos os requisitos por intermédio deste instrumento estabelecidos, de acordo com as condições gerais e prazos para a prestação dos serviços, responsabilizando-se pelas despesas de deslocamentos de técnicos, pagamento de diárias, hospedagem de demais gastos relacionados à equipe técnica, sem qualquer custo adicional para a **CONTRATANTE**.

11.2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou dos materiais empregados.

11.3. Manter seus empregados nos horários pré-determinados pela **IMBEL®**.

11.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução dos serviços contratados, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a **CONTRATANTE** autorizada a descontar do pagamento devido à **CONTRATADA** o valor correspondente aos danos por ela sofridos.

11.5. Utilizar, somente, de empregados habilitados e com conhecimentos básicos acerca dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações vigentes.

11.6. Vedar a utilização, durante a execução dos serviços ora contratados, de profissionais que sejam familiares de empregados ocupantes de cargo de confiança ou função gratificada no âmbito da **IMBEL**, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

11.7. Apresentar os empregados prestadores de serviços devidamente identificados por intermédio de crachá.

11.8. Fornecer à **CONTRATANTE**, quando por ela requisitado, relação nominal dos empregados prestadores de serviços que adentrarão às instalações da **IMBEL®** para execução do objeto deste **CONTRATO**.

11.9. Assumir e responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e todas as demais previstas na legislação vigente, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à **CONTRATADA**, como também por quaisquer danos que eventualmente venham a ser causados por seus empregados no que se refere aos serviços executados para consecução do objeto deste **CONTRATO**.

11.10. Instruir seus empregados quanto à necessidade de aderir às normas internas da **IMBEL®**.

11.11. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os sobre a vedação de executar atividades não abrangidas por este **CONTRATO**, devendo a **CONTRATADA** relatar à **CONTRATANTE** toda e qualquer ocorrência nesse sentido, a fim de evitar a caracterização de desvio de função.

11.12. Credenciar junto à **IMBEL®** um representante para prestar esclarecimentos e atender prontamente às reclamações que porventura surgirem durante a execução dos serviços contratados.

11.13. Relatar à **CONTRATANTE** toda e qualquer ocorrência de irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços, para fins de correção.

11.14. Manter durante a vigência deste **CONTRATO**, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e de qualificações previstas no **contrato/proposta**.

11.15. Guardar sigilo sobre os dados cadastrais e todas as informações obtidas em decorrência do presente **CONTRATO**, sendo vedado, sob qualquer argumento, utilizá-las em benefício próprio, revelar, reproduzir ou delas dar conhecimento a terceiros, responsabilizando-se em caso de descumprimento, por eventuais perdas e danos, sujeitando-se às cominações legalmente estabelecidas.

11.16. Prestar todo e qualquer esclarecimento solicitado pela **IMBEL®** no que diz respeito ao objeto do **CONTRATO** em questão.

11.17. Proceder ao reprocessamento de documentos e/ou relatório, total ou parcialmente, sem ônus para a **CONTRATANTE**, quando da identificação de procedimentos em desacordo com o prescrito neste **CONTRATO**, dentro do prazo solicitado.

11.18. Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE**, por escrito, as dificuldades de qualquer ordem ou natureza que eventualmente surjam durante a execução deste **CONTRATO**.

11.19. Os serviços devem ser executados inobstante de contratempos internos enfrentados pela **CONTRATADA**.

11.20. Não serão aceitos atrasos ou interrupções que gerem prejuízo aos prazos constantes neste **CONTRATO**, exceto por motivo de força maior devidamente comprovado pela **CONTRATADA**, conforme prescrito na legislação vigente.

11.21. A **CONTRATADA** deve observar, durante a execução de suas atribuições contratuais, o cumprimento das diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o previsto no art. 225 da Carta Magna de 1988, em conformidade com o art. 27 da Lei nº 13.303/2016, da definição contida no inciso LXXVIII do art. 6 e do prelecionado no art. 26 do Regulamento de Licitações e Contratos da IMBEL® de 2023.

11.22. Demais obrigações constantes da **proposta/contrato**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA CONTRATUAL

12.1. Considerando que a exigência de caução pode implicar em tolhimento da competitividade, atitude vedada pela lei, implicando na inviabilidade de participação de interessados que, embora possuam capacidade de oferecer o objeto pretendido, encontram óbice, empecilho ou desestímulo na utilização de valores como garantia contratual, bem como a execução deste serviço é comum, constante e corriqueira, entende-se como desnecessária a implantação de garantia no presente caso específico, a teor do artigo 151 do Regulamento de Licitações da IMBEL® combinado com o artigo 70 da Lei 13.303/2016, os quais facultam a exigência de prestação de garantia dependendo do caso.

12.2. A **CONTRATADA** assegura à **CONTRATANTE** a garantia de qualidade, dentro dos padrões constantes do Edital e seus anexos;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida subcontratação parcial do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da **CONTRATADA** com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados todos os requisitos de habilitação e qualificação ora exigidos, e sejam mantidas as demais condições deste **CONTRATO**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, bem como quanto à qualidade do produto resultante do objeto relacionado na Cláusula Primeira deste instrumento, fica a cargo do Fiscal do Contrato, designado para essa finalidade e, na falta deste, por substituto designado por Portaria emitida pela Chefia de Fábrica, a teor do artigo 172 do Regulamento de Licitações e Contratos da IMBEL® a quem também caberá dirimir dúvidas que surgirem durante a execução do serviço.

15.2. O Fiscal do Contrato deve ter a experiência necessária para acompanhamento e controle durante a execução dos serviços provenientes deste **CONTRATO**.

15.3. A verificação da adequada prestação do serviço deve ser realizada conforme critérios preestabelecidos no **contrato/proposta**.

15.4. Não se admite que a própria **CONTRATADA** materialize a avaliação de desempenho e qualidade dos serviços por ela prestados.

15.5. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela **CONTRATADA** ensejará na aplicação das sanções administrativas previstas neste **CONTRATO**, na legislação

vigente e nos artigos 187 a 192 do Regulamento de Licitações e Contratos da IMBEL®, em consonância com disposto entre os artigos 83 e 84 da Lei nº 13.303/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO RECEBIMENTO E DA ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1. Os serviços devem ser provisoriamente recebidos pelo Fiscal do Contrato ou Comissão Fiscalizadora no ato de sua entrega por parte da CONTRATADA, para posterior verificação de sua conformidade com as especificações contidas neste CONTRATO.

16.2. Os serviços devem ser definitivamente recebidos em um prazo de até 60 (sessenta) meses, podendo ser prorrogado a depender da complexidade, dimensão e quantitativo do objeto, contados da emissão do Termo de Recebimento Provisório pelo Fiscal do Contrato ou Comissão Fiscalizadora, após a verificação da qualidade e da quantidade dos serviços executados, dos materiais empregados, com a consequente aceitação mediante elaboração de termo circunstanciado e atesto na fatura ou na Nota Fiscal, cuja manifestação formal é imprescindível para o pagamento à CONTRATADA.

16.3. Na hipótese de a verificação a que se refere ao subitem 16.2 não ser procedida dentro do prazo fixado, salvo naquelas situações nele excepcionalizados, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo do dia do esgotamento do prazo.

16.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução contratual.

16.5. Os serviços poderão ser rejeitados, totalmente ou parcialmente, quando estiverem em desacordo com as especificações constantes neste CONTRATO, devendo ser corrigidos, refeitos ou substituídos no prazo fixado pelo Fiscal ou Comissão de Fiscalização, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades provenientes do descumprimento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS FORMAS DE PAGAMENTO

17.1. O pagamento pelos serviços descritos neste instrumento contratual será efetuado mensalmente, ficando condicionado ao Termo de Aceite emitido pelo Fiscal ou Comissão de Fiscalização, em 30 (trinta) dias após a execução do serviço e da apresentação de Nota Fiscal/Fatura correspondente.

17.2. Na ocorrência de erros na(s) Nota(s) Fiscal(is) do(s) Serviço(s)/Fatura(s) ou situação que impeça a liquidação da despesa, aquela(s) será(ão) devolvida(s) e o pagamento ficará pendente até que as medidas saneadoras sejam providenciadas pela **CONTRATADA**.

17.3. Na hipótese acima mencionada, a contagem do prazo para pagamento será iniciada após a correção dos erros identificados e reapresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is) do(s) Serviço(s)/Fatura(s), não acarretando qualquer ônus para a IMBEL®.

17.4. O pagamento será efetuado em favor da CONTRATADA através de ordem bancária, devendo para isso ficar explicitado o nome da instituição financeira recebedora, agência, localidade, número da operação, quando for o caso, e número da conta-corrente na qual deverá ser depositado o crédito, que ocorrerá após a execução dos serviços e mediante aceitação e atesto na(s) Nota(s) Fiscal(is) do(s) Serviço(s)/Fatura(s).

17.5. Deve ser realizada consulta "on line" ao SICAF antes do pagamento a ser efetuado a **CONTRATADA**, para a verificação de sua situação, no que diz respeito às condições exigidas para contratação, cujo resultado será impresso e juntado aos autos processuais próprios.

17.6. Constatada a não regularidade junto ao SICAF e/ou CADIN, a CONTRATADA será acionada para que no prazo de 30 (trinta) dias regularize a sua situação, contados da data da notificação;

17.7. Não sendo regularizada a situação no prazo acima estabelecido, o **CONTRATO** poderá ser rescindido e a **CONTRATADA** sujeita às multas estabelecidas neste instrumento contratual.

17.8. Dos pagamentos devidos à **CONTRATADA** serão descontados os impostos e contribuições de acordo com os ditames estabelecidos na legislação de regência.

17.9. O pagamento somente será efetuado quando do recolhimento de eventuais multas que tenham sido impostas à **CONTRATADA** em decorrência de inadimplemento contratual.

17.10. A IMBEL® reserva-se o direito de suspender o pagamento caso os serviços sejam entregues em desacordo com o **contrato/proposta**.

17.11. Diante da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela IMBEL, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data do vencimento da fatura até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

17.12. Quando for o caso, serão processadas as retenções previdenciárias nos termos da lei que regula a matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete condutas reprováveis e passíveis de sancionamento, nos termos da Lei 13.303/2016 e dos artigos 187 a 192 do Regulamento de Licitações e Contratos da IMBEL®, de 18 de Setembro de 2023, a **CONTRATADA** que:

18.1.1. Não atender, sem devida e tempestiva justificativa, à convocação da IMBEL® para assinatura do **CONTRATO**;

18.1.2. Apresentar documento falso em qualquer procedimento licitatório ou processo administrativo instaurado pela IMBEL®;

18.1.3. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente o processo de contratação, caracterizando má-fé na relação contratual;

18.1.4. Incorrer em inexecução contratual;

18.1.5. Comportar-se de modo inidôneo;

18.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste **CONTRATO**, a IMBEL® pode aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções:

18.2.1. Advertência quando do ato praticado não acarretar prejuízo à IMBEL®, suas instalações, seus integrantes, imagem, meio ambiente ou a terceiros, devendo ocorrer o registro do ato no SICAF;

18.2.2. Multa de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado, incidente sobre o valor dos serviços não executados, até o limite de 10 (dez) dias consecutivos;

18.2.3. Multa compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor do **CONTRATO** pela inexecução total ou parcial injustificada ou que a justificativa não seja acatada pelo Fiscal por período superior ao mencionado no subitem anterior;

18.2.4. Suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a IMBEL®, por até 2 (dois) anos, registro no SICAF e no CADIN, de acordo com o preconizado no artigo 23 da Lei nº 12.846, de 2013, em virtude do cometimento de fraude fiscal, pela prática de atos ilícitos no intento de prejudicar os objetivos almejados pela IMBEL® por intermédio do presente **CONTRATO**, pela manifesta demonstração de inidoneidade para contratar com a IMBEL® em virtude do cometimento de atos ilícitos, bem como por falhar ou fraudar na execução do presente **CONTRATO**;

18.2.5. As penalidades de multas decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si e poderão ser aplicadas à **CONTRATADA** juntamente com as sanções previstas nos subitens 18.2.2 e 18.2.3, descontando-as do pagamento a ser efetuado.

18.3. A aplicação de qualquer das penalidades acima elencadas realizar-se-á por intermédio de procedimento administrativo que garantirá à **CONTRATADA** o pleno direito ao exercício pleno da ampla defesa e do contraditório no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data em que for notificada pela IMBEL®.

18.4. Após o processo administrativo pertinente, as importâncias decorrentes das multas aplicadas e não recolhidas nos prazos estipulados nas notificações correspondentes, devem ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela IMBEL®, ou ainda, conforme cada caso, judicialmente cobradas.

18.5. A autoridade competente, quando da aplicação das sanções, deve considerar a natureza e a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano gerado à IMBEL®, observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

18.6. As penalidades devem, obrigatoriamente, ser registradas no SICAF, nas situações e momentos para as quais foram estabelecidas, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente a critério da IMBEL após a análise das circunstâncias que ensejaram sua aplicação.

18.7. Aplicam-se às licitações e aos contratos regidos pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, as disposições do Capítulo II-B do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

18.8. Concluída a instrução processual, a **CONTRATADA** será intimada para, se assim desejar, apresentar razões finais num prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA RESCISÃO

19.1. A inexecução total ou parcial do **CONTRATO** poderá ensejar na sua rescisão, com a repercussão das consequências cabíveis.

19.2. Constituem razões para a rescisão contratual:

19.2.1. O descumprimento de obrigações contratuais;

19.2.2. A subcontratação parcial do objeto, cessão ou transferência, total ou parcial, a quem não atenda aos pré-requisitos habilitatórios e sem prévia e expressa autorização da IMBEL®.

19.2.3. A fusão, cisão, incorporação ou associação da **CONTRATADA** com outrem, quando não admitidas no **Termo de Referência** e sem prévia e expressa autorização da IMBEL®.

19.2.4. O desatendimento das determinações legais e regulares expedidas pelo **Gestor ou Fiscal do Contrato**;

19.2.5. O reiterado cometimento de faltas durante a execução contratual;

19.2.6. A dissolução da sociedade ou falecimento do **CONTRATADO**;

19.2.7. A decretação de falência ou insolvência civil do **CONTRATADO**;

19.2.8. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA**, cuja repercussão possa prejudicar a consecução contratual;

19.2.9. Razões de interesse da IMBEL®, de alta relevância e amplo conhecimento, expressamente justificadas no processo administrativo;

19.2.10. O atraso nos pagamentos devidos pela IMBEL® provenientes de serviços ou fornecimentos, como também de parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo nos casos de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, restando assegurado à **CONTRATADA** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

19.2.11. A falta de liberação, por parte da IMBEL®, de área, local ou dos objetos e condições necessárias para a execução dos serviços nos prazos contratualmente especificados, bem como das informações prescritas na descrição do objeto;

19.2.12. A ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, desde que esteja caracterizado o vínculo impeditivo da execução contratual;

19.2.13. A suspensão dos direitos da **CONTRATADA** de contratar e licitar com a IMBEL®;

19.2.14. O descumprimento, por parte da **CONTRATADA**, da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho de menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos;

19.2.15. Ter fraudado ou frustrado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo da Licitação;

19.2.16. Ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

19.2.17. Ter afastado ou procurado afastar licitante, por intermédio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer natureza;

19.2.18. Ter fraudado licitação pública ou contrato dela decorrente;

19.2.19. Ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

19.2.20. Ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogação de contratos celebrados pela Administração Pública, sem autorização em lei no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;

19.2.21. Ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a Administração Pública; e

19.2.22. Ter prejudicado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades de controle ou agentes públicos, ou ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e de órgãos do sistema financeiro nacional.

19.2.23. As práticas passíveis de rescisão entre os incisos 19.2.15 e 19.2.22, podem ser definidas, entre outras, como:

a) Corrupta – oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação do empregado da IMBEL® no procedimento aquisitivo ou na execução contratual;

b) Fraudulenta – falsificar ou omitir fatos, com o objetivo de influenciar o procedimento licitatório ou a execução contratual;

c) Colusiva - esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes da IMBEL®, visando o estabelecimento de preços em níveis artificiais e não competitivos;

d) Coercitiva – causar dano ou ameaçar, direta ou indiretamente, pessoas físicas ou jurídicas, visando influenciar sua participação em procedimento licitatório ou afetar a execução contratual; e

e) Obstrutiva – destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas ou fazer declarações falsas, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de práticas ilícitas.

19.2.24. As práticas retromencionadas, além de acarretarem a responsabilização administrativa e judicial da pessoa jurídica, implicarão a responsabilização individual dos dirigentes das empresas contratadas e dos administradores ou gestores, enquanto autores, nos termos da Lei nº 12.846, de 2013.

19.3. A rescisão do **CONTRATO** pode ser:

19.3.1. Por ato unilateral e escrito por qualquer uma das partes;

19.3.2. Amigável, em comum acordo entre as partes;

19.3.3. Por determinação judicial;

19.4. A rescisão por ato unilateral a que se refere o subitem 19.3.1, deve ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada a outra parte com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias úteis;

19.5. A rescisão amigável não é cabível nos casos em que forem constados descumprimentos contratuais sem apuração de responsabilidade iniciada ou com procedimento apuratório ainda em curso.

19.6. Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa ou responsabilidade da parte **CONTRATANTE**, este será ressarcido dos prejuízos que eventualmente tiver sofrido, quando devida e regularmente comprovados, e no caso da **CONTRATADA** terá, esta, ainda o direito a:

19.6.1. Pagamentos devidos pela execução contratual até a data da rescisão; e

19.6.2. Pagamento referente ao custo de desmobilização.

19.7. A rescisão contratual por ato unilateral da **IMBEL®**, motivada por cometimento infracional passível de aplicação cominatória à **CONTRATADA**, entre as possibilidades elencadas neste instrumento contratual, sem prejuízo das demais sanções previstas neste instrumento, ensejará na:

19.7.1. Assunção imediata do objeto contratado, pela **IMBEL®**, até então desenvolvido, no estado e local em que se encontrar; e

19.7.2. Retenção dos créditos contratuais decorrentes até o limite dos prejuízos causados à **IMBEL®**.

19.8. Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos processuais, devendo ser assegurado o direito ao exercício prévio do contraditório e da ampla defesa;

19.9. A rescisão deverá ser formalizada por intermédio de Termo de Rescisão Contratual, devendo o respectivo extrato ser publicado no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA VINCULAÇÃO

20.1. Consideram-se integrantes do presente instrumento contratual as condições prescritas no Termo de Referência e anexos, na Proposta da **CONTRATADA**, datada de **12/08/2026**, no que couber, e demais documentos pertinentes, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

21.1. Aplica-se à execução deste **CONTRATO**, inclusive aos casos omissos, a Lei nº 13.303, de 2016, o Decreto nº 8.945, de 2016, a Lei Complementar nº 123, de 2006, a Lei nº 12.846, de 2013, o Regulamento de Licitações e Contratos da **IMBEL®**, aprovado na 368ª Reunião do Conselho de Administração da **IMBEL**, ocorrida em 18/09/2023, conforme Resolução nº 19/2023-CA-**IMBEL**, de 18/09/2023, e as normas de direito civil acerca da matéria.

21.2. Todos os requisitos deste contrato podem estar sujeitos à Garantia da Qualidade Governamental (GQG). A **CONTRATADA** será notificada sobre quaisquer atividades de GQG a serem realizadas, conforme estabelecido no item 5.4.6.1 da AQAP 2110.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA MANUTENÇÃO DE QUALIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO

22.1 A **CONTRATADA** se obriga a manter durante todo o período de execução do objeto deste **CONTRATO**, relativamente às obrigações por intermédio deste assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

23.1. Este **CONTRATO**, celebrado sob a égide do Regulamento de Licitações e Contratos da **IMBEL®**, pode ser alterado nas hipóteses e limites expressos no art. 81 da Lei nº 13.303, de 2016, de comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

24.1. A **CONTRATADA** pode aceitar, mantidas as demais condições contratuais, acréscimos ou supressões de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste **CONTRATO**.

24.2. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item anterior, salvo supressões advindas de comum acordo celebrado entre as partes signatárias.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DOS RECURSOS

25.1. Do ato de rescisão unilateral deste **CONTRATO** e da respectiva aplicação das penalidades de advertência, suspensão temporária e multa, cabe recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da intimação do ato, que deve ser dirigido à autoridade superior àquela que praticou o ato recorrido.

25.2. A intimação do ato de suspensão temporária deve ser efetuada por intermédio de publicação no Diário Oficial da União, e as de advertência ou multa registradas no SICAF e, concomitantemente, comunicadas por escrito à **CONTRATADA**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

26.1. Caberá à CONTRATANTE, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da assinatura do presente CONTRATO, providenciar a publicação de seu extrato no Site de Compras Governamentais, na página oficial da IMBEL® na internet e, sempre que couber, no Diário Oficial da União, visando assegurar sua eficácia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

27.1. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 13.303 de 2016 e do Regulamento de Licitações e Contratos da IMBEL®, bem como das demais normas aplicadas a matéria que não entrarem em conflito com o citado regramento legal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DO FORO

28.1. As partes elegem o Foro da Justiça Federal, de uma das varas federais da cidade de Pouso Alegre-MG, como competente para dirimir quaisquer dúvidas suscitadas em razão do presente CONTRATO e que não puderem ser dirimidas de comum acordo.

Itajubá/MG, de de 2026.

INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL – IMBEL®
O. T.
Chefe de Fábrica da IMBEL/FI

INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL – IMBEL®
R. da C. P.
Ordenador de Despesas da IMBEL/FI

VIMA TELECOM LTDA-ME
V. M. G.

VIMA TELECOM LTDA-ME
M. A. A. T.

Este Contrato foi examinado
e aprovado pela ARI/_____
em ____/____/_____

